

A ideia de governança educacional multiescalar e a experiência do IFCE no Ceará

The multi-scalar educational governance ideal and the IFCE experience in Ceará
La idea de gobernanza educacional multiescalar y la experiencia del IFCE en el Ceará

Francisca Rejane Bezerra Andrade¹, Odilon Monteiro da Silva Neto²

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza-CE, Brasil

Resumo

Partindo da perspectiva da avaliação multiescalar, adentrou-se ao processo da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Ceará, Brasil, implementada pelo IFCE. A experiência em questão se coloca em sintonia direta com as contradições da formação histórico-social que caracteriza a sociedade brasileira. Diante desta constatação revisitou-se, a partir de diversos clássicos produzidos a luz de uma inteligência brasileira, os caminhos que foram delineados na efetivação da referida política. Primeiramente, contata-se que as ações não foram orientadas por uma construção racional na escolha das cidades atendidas pela expansão. Identifica-se que fatores de ordem local se sobrepuseram ao sentido indicado pela lei que rege a política. Por sua vez, ao passo que a expansão se coloca em termos efetivos, os cursos ofertados para a sociedade se colocaram de modo a não dialogar com as realidades e, desta forma, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Ceará se coloca num caminho que nega o sentido pela qual a mesma fora instituída. Assim, todo um conjunto de expectativas geradas junto à sociedade que compreendia a expansão como sinônimo de desenvolvimento humano e social, num curto espaço de tempo, surpreende-se negativamente, pois se constata que em pleno século XXI, o Brasil não consegue avançar na promoção do desenvolvimento, que gere envolvimento da sociedade, de modo a reduzir as diversas assimetrias que marcam a sociedade brasileira desde sua gênese.

Palavras-chave: Avaliação multiescalar, Expansão, Educação profissional e tecnológica.

Abstract

Starting from the perspective of the multi-scalar evaluation, it has entered the process of the expansion of the Federal Network of Professional and Technological Education in Ceará, Brazil, implemented by the IFCE. The experience in question is in direct harmony with the contradictions of the historical-social formation that characterizes Brazilian society. In view of this finding, the paths that were outlined in the implementation of the aforementioned policy were revisited, based on several classics produced in the light of a Brazilian intelligence. Firstly, it is concluded that the actions were not guided by a rational construction in the choice of cities served by the expansion. It is identified that factors of local order were prioritized over the directions indicated by the law that governs politics. On the other hand, while the expansion took place in effective terms, the courses offered to the society were placed in a way that did not dialogue with the realities and, this way, the expansion of the Federal Network of Professional and Technological Education in Ceará

1 Professora doutora do curso de Serviço Social, do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora CNPq. Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET de serviço social da UECE. E-mail: rejane.bezerra@uece.br

2 Professor do curso de graduação em História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, campus Canindé. Mestrando no Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da UECE. E-mail: odilonnetosilva@gmail.com

was done in a way that denies the sense by which it was instituted. Thus, a whole set of expectations generated by the society that understood the expansion as a synonym of human and social development, in a short time, was negatively surprised, because it is realized that in the XXI century, Brazil cannot advance in the promotion of development, which generates the involvement of society, in order to reduce the diverse asymmetries that mark Brazilian society since its genesis.

Keywords: Multi-scalar evaluation, Expansion, Professional and technological education.

Resumen

Partiendo de la perspectiva de la evaluación multiescalar, se adentró en el proceso de expansión de la Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica en Ceará, Brasil, implementada por el IFCE. La experiencia en cuestión se sitúa en sintonía directa con las contradicciones de la formación histórico-social que caracteriza a la sociedad brasileña. Ante esta constatación se revisó, a partir de diversos clásicos producidos a la luz de una inteligencia brasileña, los caminos que fueron delineados en la efectividad de dicha política. Primero, se pone en contacto con que las acciones no fueron orientadas por una construcción racional en la elección de las ciudades atendidas por la expansión. Se identifica, qué factores de orden local, se sobrepusieron al sentido indicado por la ley que rige la política. Por su parte, mientras que la expansión se coloca en términos efectivos, los cursos ofrecidos para la sociedad se colocaron de modo a no dialogar con las realidades y, de esta forma, la expansión de la Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica en Ceará se coloca en un camino que niega el sentido por el cual fue instituida. Así, todo un conjunto de expectativas generadas junto a la sociedad que comprendía la expansión como sinónimo de desarrollo humano y social, en un corto espacio de tiempo, se sorprende negativamente, pues se entera que en pleno siglo XXI, Brasil no logra avanzar en la sociedad Promoción del desarrollo, que genere implicación de la sociedad, de modo a reducir las diversas asimetrías que marcan la sociedad brasileña desde su génesis.

Palabras clave: Evaluación multiescalar, Expansión, Educación profesional y tecnológica.

Considerações iniciais

Podemos considerar como algo potencialmente frágil toda e qualquer análise que em sua elaboração não leva em conta os elementos que implicam na formação social do espaço em questão. Desta forma, evidenciamos que as instituições brasileiras são frutos da sua formação social, econômica, política e cultural, não apenas elas, mas todo o seu conjunto de ações desenvolvidas ao longo da história da sociedade brasileira.

Iniciamos uma passagem por uma das várias imagens produzidas sobre o Brasil, feita durante a segunda metade do século XIX, mas que por sua vez nos colocam em contato com a forma como a sociedade percebe as noções de desenvolvimento, e por sua vez, como a mesma se constrói frente ao mundo, evidenciando as relações de desigualdades entendidas para muitos, como algo natural, não modificadas, mesmo em tempos chamados de “republicanos”.

A ilustração é feita sob a pena do cearense Capistrano de Abreu, uma das inteligências mais marcantes do pensamento brasileiro. Assim, o mesmo nos traz um retrato do Brasil ao final do Império.

Ora, uma organização coletiva da indústria é tão irrealizável... A falta de consumidor aparece à inspeção da população. A classe baixa tinha necessidades

muito simples que podiam ser satisfeitas sem que a indústria se organizasse separadamente, isto é, sem que se aperfeiçoasse, pois, ...divisão de trabalho e aperfeiçoamento são dois termos extensivos. Quanto à classe superior, era dominada pela *emoção de inferioridade a Portugal* e considerava suspeito todo o produto brasileiro que não fosse metal, fumo, açúcar e café. Havia pessoas que mandavam afiar as navalhas na Europa. Para estas, mesmo se as nossas manufaturas produzissem objetos superiores em qualidade e barateza aos que vinham de além-mar, estes seriam preferidos³ (ABREU, 1876 apud MENEZES, 2009, p.1).

Desde a formação nos tempos da colônia, a escravidão como instituição total se apresentou como algo natural, por sua vez os dois grandes valores evocados pela modernidade ocidental ficaram ausentes da construção social. Nesse sentido, os conceitos de liberdade e igualdade não se apresentaram nem mesmo nos movimentos que se insurgiram como de libertação nacional, como no caso da Conjura Mineira, que desejava proclamar a República, mas manter a “escravidão”.

Num dado momento, a escravidão se acaba através de um instrumento burocrático-legal, e as populações submetidas ao cativeiro são abandonadas a toda sorte, reiterando o seu papel à margem da sociedade. Mesmo com a nascida República brasileira, as populações antes cativas na ordem da casa grande e da senzala, não tomaram assento nos moldes da cidadania da República dos Bruzundangas, assim como tão bem definiu Lima Barreto (1996).

Privilégios, mandonismo, clientelismo, nepotismo, uma complexa rede social de troca faz com que os grupos que tradicionalmente detinham o poder econômico, definam os rumos políticos da sociedade. A busca de entender essa construção embalou os textos clássicos do pensamento social brasileiro, que em termos de historiografia passaram a ser considerados canônicos.

Começamos com as percepções de Gilberto Freyre (2006), que indica que na relação casa grande e senzala havia trocas sinuosas, que iam além da dominação, presente no binômio senhor-escravo. A tese do homem cordial, incide sobre o fato das relações proximais, de uma cidadania que era efetivada a partir de relações do mundo privado que dominavam o espaço público. De Sérgio Buarque de Holanda (1996), passando para Caio Prado que ficaram conhecidos como a geração de 30, Faoro (2012) que escreveu duas décadas a frente reitera esse sentido da nossa formação patrimonial.

Ou seja, temos uma dificuldade enorme de lidar com as relações entre o público e o privado na sociedade. E tudo isso se coloca em cheio na Gestão Pública, pois afinal, se o sentido desta é promover a oferta de serviços a sociedade de modo a seguir princípios e garantir a isonomia, definida pelo texto constitucional, o cotidiano vivido pela sociedade não dialoga com tais pressupostos.

Isso é tão marcante que as análises mais recentes sobre o Brasil, continuam a evidenciar esse jogo das relações que saíram da casa, ambiente privado, marcado pelos laços afetivos e a rua, ambiente público (DAMATTA, 1997). Mas que por sua vez neste espaço se evidencia todo o conjunto de práticas que deveriam estar no espaço privado.

E partindo deste conjunto, entre o passado e o presente que se constituíram num objeto da inteligência brasileira, para compreender o Brasil, buscamos a aproximação com o conceito elaborado por Roger Dale (2010), de avaliação multiescalar⁴

3 ABREU, J. H. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro (*O Globo*, Rio, 1876).

4 Tendo como referência as ideias presentes no trabalho: A sociologia da Educação e o Estado após a Globalização.

para compreender o sentido de expansão da Rede Federal de Educação Federal e Tecnológica, no Ceará, em especial a unidade de Canindé.

A sociedade brasileira e as demandas por políticas públicas

Uma das grandes questões que intrigava o genial Capistrano de Abreu (2006) era entender em que dado momento deixamos de ser reinóis e passamos de fato a sermos brasileiros. O processo conservador de Emancipação Política de 1822, retomou do ponto de vista da organização política um ente que historicamente é anterior ao Estado. Ao passo em que o mundo ocidental moderno proclamava novas nações republicanas, o Brasil retomava o império. Desta forma, quer seja do ponto de vista do ordenamento político, quer seja sob o social, continuávamos mantendo os privilégios das elites, que por sua vez podem ser verificados na manutenção de duas grandes instituições que assolam a sociedade até o tempo presente: a escravidão e o latifúndio.

Criado um país, definidos em termos legais, era a hora de forjar a ideia de uma nacionalidade. Coube aqui o projeto romântico, em especial na figura do cearense José de Alencar, que vislumbra que da união entre o branco representante do modelo civilizador europeu e dos povos nativos, estaria o modelo de explicação de formação de nossa brasilidade.

A figura do negro em Alencar (1998) só é apresentada uma única vez, numa novela. Onde o negro se enquadrou como elemento problema. Por sua vez, é um consenso entre os estudiosos de que a formação de uma nação se coloca através da construção dos elementos simbólicos. Os termos legais não são determinantes para que o povo se reconheça como portador da nacionalidade. Assim, Alencar com os seus tipos, escrevendo no que seria o código oficial da cultura escrita, fertiliza a nova nação.

A influência de sua obra é determinante. Embora como um homem de seu tempo, vinculado as elites políticas, defendia a escravidão como instituição importante para o funcionamento da sociedade brasileira. De fato, sua obra influenciou outras inteligências que buscaram entender o Brasil, através das letras.

Destacamos aqui um outro escritor também do século dezenove, que percebia a importância dos símbolos para a construção da nação. Falamos de Machado de Assis, que diferente de Alencar tem uma outra origem familiar e que por sua vez tece uma crítica social arrojada sobre a sociedade brasileira. Machado se torna uma referência para o momento em questão, pois como poucos, ele presencia e analisa a formação da República no Brasil.

Numa passagem do romance *Esaú e Jacó* (MACHADO DE ASSIS, 1996) há uma descrição da famosa noite do dia 14 para o 15 de novembro. O Brasil dormiu monárquico e acordou republicano. No diálogo do dono da confeitaria, o senhor Custódio, o mesmo narra sua apreensão como se deve chamar seu empreendimento comercial. Era confeitaria do império, e agora seria da República, mas se de fato a monarquia retornasse? O historiador e cientista político mineiro José Murilo de Carvalho (1987), sagra a dúvida que pairava em Custódio. “O povo viu tudo bestializado”⁵. A República nasce de um golpe, resultou de uma parada militar e o povo viu tudo, como expectador.

5 José Murilo de Carvalho se colocou como um dos maiores estudiosos do quadro da República Brasileira. Há uma série de estudos que vão desde o imaginário republicano, até a constituição do modelo de construção da cidadania. O destaque aqui é para a obra *Os Bestializados*.

Lima Barreto, chamava atenção sobre esse aspecto, que o Brasil não tinha povo e sim público. E assim se compõem os aspectos iniciais da história republicana brasileira. Com a chegada dos civis ao poder, vemos o monstro republicano se lançar contra o povo numa das passagens mais terríveis de nossa história.

A famosa campanha do governo contra Canudos, que a historiografia denominou como Guerra de Canudos, é apresentada em os Sertões (CUNHA, 2000) e para o leitor atento de nossa história, demonstra os modos como as elites políticas e econômicas tratam de fato o povo. Assim Euclides da Cunha, que atua como correspondente na Bahia, embora com a cabeça cheia de positivismo e das filosofias da história do século XIX⁶, é enfático ao afirmar, que aquela não era a forma de trazer a modernidade ao povo brasileiro, que se colocava pela “boca dos canhões”, pois o governo se afirmava republicano, mas a prática reproduzia a velha ordem dos tempos colonial.

Os privilégios se mantem ao passo que se ampliam as desigualdades. E baseado num discurso de instrumentalizar as camadas populares para um tipo de trabalho que atendesse aos interesses dos grupos dominantes, são criadas as famosas Escolas de Aprendizes e Artífices, que ao longo da história republicana foi se ajustando de modo a preservar as assimetrias presentes na nossa sociedade.

Da primeira institucionalidade, passou-se para as escolas industriais, as escolas técnicas profissionais, os centros federais de educação e chegou-se aos dias atuais como Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. O Brasil até a primeira década do século XX era um país com a população assentada em sua maioria na zona rural, mantínhamos a estrutura agroexportadora, advinda de um modelo comparada a *plantation* americana.

Com o novo golpe dos anos 1930 que a historiografia insiste em chamar de Revolução de 30, se acomodam novos atores nas disputas políticas e por sua vez o país passa por uma modernização, também conservadora. O trabalhismo⁷ Varguista confere a ideia de direitos sociais para aqueles que são portadores de carteira de trabalho.

E embora em idos republicanos continuamos na prática bem longe de vivermos uma sociedade minimamente republicana. A industrialização se apresenta como salvadora do país e com isso as migrações internas se ampliam. As cidades crescem e assim temos movimentos sociais que advogam a ideia de que é necessária uma atenção para com a educação pública.

Remontam aos anos 1930 a iniciativa dos intelectuais no movimento denominado como Manifesto dos Pioneiros da Educação. Naquela década é criado o ministério da Instrução e Saúde Pública, que por sua vez existem, mas que na prática de suas ações, se colocam de modo incipiente e ficam restritas a pequenos espaços, em especial aos grandes centros.

Dentro de nossa condição de país periférico, o Estado do Ceará continua seu curso histórico à margem, agora vinculado a uma ideia de uma identidade regional, legitimada pelo movimento regionalista capitaneado por Gilberto Freyre no Recife e a produção modernista da 2^a Geração.

6 Como um homem de seu tempo, tendo estudado na famosa Academia Militar, foi influenciado por um conjunto de pensadores como: Spencer, Taine, Comte. Além do gosto pela leitura e de grande escritor, possuía formação sólida como engenheiro. Após o retorno de Canudos, se coloca como engenheiro chefe da reconstrução de uma ponte no interior de São Paulo. É lá dentre os trabalhos como engenheiro, que ele escreve numa barraca de zinco, a Saga da população de Canudos. O que ele chama de a Vendéia Brasileira.

7 O quadro atual da historiografia brasileira tem gradativamente apontado o conceito de trabalhismo, para designar o consagrado populismo. Uma das grandes referências é Ângela de Castro Gomes. (GOMES, 2005).

Estudos recentes, dentre eles o do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.⁸ (2010), apontam que até a primeira década do século, a cartografia nacional se apresentava entre norte e sul. A expressão nordeste designava apenas uma orientação espacial no conceito dos pontos colaterais. Por sua vez, a decadência das elites locais e o golpe trazido pela chamada Revolução de 1930, reiteram a necessidade de sobrevivência dos grupos dominantes locais, que se aproveitam das estruturas vigentes, para garantirem poder político e sobrevivência material.

Nesse sentido, vemos que mesmo que o Estado busque uma agenda de governança moderna, no modo de elaborar e gerir as políticas públicas, as relações que caracterizam o ambiente local e regional se colocam sobre os elementos nacionais e até transnacionais.

O esboço apresentado aqui é claramente evidenciado quando nos deparamos de modo efetivo a avaliar minimamente o quadro onde estão inseridas as políticas públicas. No caso em questão observamos as políticas educacionais, com ênfase no atual quadro de expansão da rede de educação profissional e tecnológica que viu ao longo da última década uma expansão exponencial, embora estejamos falando de um país como o Brasil, que possui uma dimensão continental e uma população considerável.

Expandindo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A ideia de construção de redes, conceito muito evocado no tempo presente, ao examinar a realidade brasileira evidenciamos as marcas assimétricas nas quais foram gestadas a nossa sociedade. Num caminho onde os conceitos que denominavam a rede foram mudando, nos é apresentado um panorama diverso ao apreender a realidade brasileira.

Buscamos perceber as ideias apresentadas, tomando como exemplo a experiência do Ceará, que no quadro geral é peculiar. Pois embora seja apontado que o início da Rede Federal remeta ao início da República Velha, durante o governo Nilo Peçanha, figura que até hoje é considerada como visionária, quando o objetivo é dizer que a instituição é secular, temos um quadro no mínimo complexo.

Das antigas Escolas Técnicas e depois Centros Federais, compõem a rede outro conjunto de instituições, sendo algumas delas oriundas do Império. Aqui temos o caso do renomado imperial Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que existe desde o Segundo Reinado. Somado a eles, temos os colégios de Aplicação e as Casas de Cultura, vinculados às Universidades Federais e às Escolas Agrícolas e as Militares.

Todo esse quadro de institucionalidade está vinculado ao mesmo tipo de carreira dos servidores, o que nos traz outro quadro de implicações ao se observar aspectos de ensino e aprendizagem e em especial a atuação docente, também repleta de implicações pelo tipo de definição da carreira.

Não podemos esquecer que a reflexão se dá numa instituição que fora criada para ofertar educação profissional, o mesmo não ocorre com muitas das outras citadas. Por sua vez consideramos importante fazê-la, para que seja possível problematizar algumas questões.

8 O trabalho inicial de Albuquerque Jr. se deu em sua tese de doutorado publicado inicialmente pela Editora Cortez, sob o título: *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999). Aqui Durval, influenciado pelos pensadores ditos pós-modernos, faz uma genealogia da invenção da região e da construção de uma identidade regional. Tais estudos são ampliados em outras obras, onde o mesmo tem se detido ao modo como os intelectuais fabricaram a ideia de cultura popular e cultura popular nordestina. Grosso modo, tudo isso seria criação dos intelectuais, que tiram proveito de toda ordem das desigualdades que marcam a nossa sociedade.

Quando da criação dos Institutos Federais⁹ (Ifes), vemos uma ebulição de coisas diferentes. Após a nova institucionalidade observamos que na realidade brasileira tudo continuou de modo difuso. Algumas unidades da federação, como o Ceará assumiram o novo enquadramento e se tornaram Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), juntando em sua constituição as antigas unidades dos Cefets (Fortaleza, Cedro e Juazeiro e as Escolas Agro técnicas de Iguatu e Crato).

Tomando o caso do Rio de Janeiro, lá parte das unidades se vincularam ao IFRJ, e parte das unidades continuaram sob a designação de Centros Federais (Cefets). No Paraná estes foram mais além: Um dos ramos do que seria o Instituto Federal, se transformou em Faculdade Tecnológica, mantendo as outras instituições.

Tal quadro é no mínimo curioso, como chamar de rede, um elemento tão difuso e complexo na sua composição? E agora como se dará o funcionamento dentro da nova institucionalidade, visto que a Lei de criação dos Institutos preconiza que pelo menos 50% das vagas devem ser destinadas aos cursos de nível técnico? Retomando Dale, que referencia o quadro de governança multiescalar, vemos no quadro descrito que os interesses locais se sobrepuseram aos da escala macro¹⁰.

Outro fato curioso é que mesmo sendo diverso o quadro das instituições, no que se coloca de modo político, as instituições seguem pressupostos que normatizam o funcionamento das Universidades. O *staff* da administração superior é formado por um reitor, e um quadro de pró-reitores, diretores de departamentos e como a mesma tem várias unidades subordinadas ao comando central, apresentam-se as figuras de diretores gerais.

Retomando a nossa formação, onde a formação em nível superior qualifica o uso de um título, termo herdado da monarquia, vemos na rede federal, um quadro amplo de indivíduos que por razões diversas, ocupam tais espaços, mas que não apresentam de forma efetiva a qualificação para a investidura dos mesmos.

No caso Cearense, onde a instituição se inicia com 05 (cinco) unidades em menos de uma década, o Ceará toma a dianteira do país no que se colocou em termos de expansão da rede. Novamente nos deparamos com os quadros das diferenças regionais, historicamente construídos e manipulados pelos interesses dos grupos políticos que dominam o poder.

Maria das Graças Rua (2012) e Celina Souza (2006), sobre a formulação de Políticas Públicas, indicam que: para que as mesmas se constituam além da criação das demandas e da formulação das políticas, se tornam imprescindíveis as condições políticas objetivas.

E tudo isso se apresenta durante os governos do Partido dos Trabalhadores, iniciados em 01 de janeiro de 2003, com a eleição do presidente Lula. Havia na sociedade um desejo e uma demanda reprimida por acesso à educação, em especial por educação em nível superior. Vemos aqui mais uma das questões de incongruência da lei e a realidade posta.

A nova institucionalidade permitiu aos Institutos oferecer não mais cursos de formação técnica, mas também de formação tecnológica, de licenciaturas, bacharelados, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Conforme apontamos anteriormente, a sociedade brasileira credita grande valor à formação em nível superior,

9 A Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) cria os Institutos Federais.

10 Aqui além de Roger Dale, seguem-se como importantes os estudos de Mainardes e Alferes (2014).

esta modalidade de cursos se sobrepôs ao que estava definido pelo marco legal, que por sua vez se colocava como elemento prioritário a formação de quadros técnicos.

Antes que passemos ao quadro cearense com maior acuidade, é importante que observemos que a criação de mais unidades não vai por si só, provocar a melhoria dos sonhados níveis de desenvolvimento social evocados como princípios que orientam o acesso e a permanência nos espaços de educação.

Potencialmente os Estados mais ricos da União, não “ousaram” em promover em tão pouco tempo um crescimento explosivo, saindo de 05 unidades para 32 nos dias atuais. Destacando que há unidades no atual contexto que funcionam com cursos na modalidade FIC (formação inicial e continuada), sendo que outros, que já formaram as primeiras turmas, têm formado em média 26 alunos nos cursos de nível superior.

Expansão e demanda por formação de Professores na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Quando das comemorações do primeiro Centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, foi organizado uma mostra fotográfica que percorreu as diferentes unidades da rede, revisitando o passado da instituição que há um século prestava serviços à sociedade. Nesse conjunto, haviam imagens das diferentes instituições do país. Ao final da mostra foi publicado um álbum de imagens, dividido em seções, traz em alguns momentos, falas de pessoas que têm sua história profissional, e em alguns casos, pessoal ligadas à rede.

A publicação do catálogo alusiva ao centenário nos traz um pouco das visões que permeiam a vida institucional no passado e no presente. Na seção chamada: Fragmentos de uma história da Rede Federal, Luiz Augusto Caldas, à época reitor do Instituto Federal Fluminense solta a pena, sob as visões que permeiam a construção da rede:

O surgimento das Escolas de Aprendizes e Artífices se dá nos primórdios da industrialização do Brasil, em um contexto caracterizado pela rearticulação da produção em torno de um mercado livre. Segundo o professor Luiz Antonio Cunha, o processo de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices de um lado denota um conteúdo ideológico e conservador; de outro uma dimensão progressista (em minha opinião que marca a EPT até os dias atuais). Conservador na medida em que aquelas instituições se destinavam aos filhos do proletariado, ou seja, não era uma escola para todos e sim para os pobres, os ‘desprovidos da fortuna’, os ‘menos capazes’. Neste sentido é importante lembrar que aqui também se reproduz a relação entre industrialização e crescimento urbano e, no início do século XX, há no país um forte crescimento dos espaços urbanos e, neste contexto, as classes dirigentes ‘usam’ a educação profissional e tecnológica como um meio de contenção do que ela considerava ‘desordem social’ (IFB, 2012. p. 33).

As considerações tecidas por um observador atento à história da EPT no Brasil nos aproxima de uma figura do mundo romano, o Janus. Como um olhar para frente e outro para trás, assim funciona a institucionalidade das instituições que em sua origem teriam como missão ofertar educação profissional. O tempo passou, em meio a todas as contradições que permeiam a sociedade brasileira, ainda no tempo dos antigos Centros Federais, visto que em algumas unidades da Federação, os Cefets, coexistiram com as Escolas Técnicas Federais, estes passaram a atuar também na formação de professores.

Quando buscamos a aproximação da propositiva de Dale (2010), com a avaliação multiescalar, fizemos no sentido de tentar compreender que diferentes agentes atuam de modo a interferir na estrutura das políticas públicas e em especial nas políticas educacionais, foco desta abordagem. A rede federal surge num contexto onde quase 90% da população era analfabeta. Se por um lado o Brasil não dispunha de uma estrutura de educação básica de alfabetização, como pensar então os quadros que estariam por atuar na formação dos professores.

É intrigante ver as primeiras décadas do século XX e, por sua vez observar que naquele momento surge a figura da universidade do Brasil. Antes que minimizássemos problemas sociais graves, como o analfabetismo, a mortalidade provocada por doenças da pobreza, pensássemos numa gama mínima de direitos, o Brasil implementou suas primeiras universidades.

O Rio de Janeiro que se despontava majestoso como a antiga sede da Corte e depois como capital federal, sai na frente. São Paulo em seguida com o seu processo modernizador, que pretendia ser o forjador da identidade nacional. Após a derrota para Vargas em 1932, os paulistas criam a Universidade de São Paulo que se configura como um grande centro de estudos, reconhecidos internacionalmente, embora hoje viva graves problemas advindos do modelo de fazer ciência e tecnologia no país.

A universidade no Brasil guarda consigo um forte apego aos valores do colonialismo europeu. Mas num primeiro momento foram nos grandes centros que se formaram os grandes quadros de uma nova intelectualidade no país e ao longo do século XX. Os diferentes estados foram buscando atender a uma crescente demanda social por ensino superior, que se passa à frente antes que os mesmos atendam as demandas por educação básica.

Importante destacar que ao passo em que as universidades surgem em meio a reunião de algumas faculdades isoladas, as mesmas também se colocam no sentido de formação de quadros para o magistério. Por sua vez, no quadro inicial de formação universitária, este não se apresentou como base para a formação docente das instituições da rede de EPT no Brasil.

Por várias gerações, os docentes que atuaram na rede, em especial na Educação Profissional, foram alunos oriundos da formação de cursos técnicos e profissionalizantes realizados no interior das unidades da rede. E nessa mesma instituição, que ao longo do tempo oferta diferentes níveis e modalidade de educação, passou também a se dedicar a formar quadros de professores, que no início seriam ligados as ciências da natureza, mas que no presente são de diferentes áreas do conhecimento.

Temos abaixo relatos de indivíduos que viveram o cotidiano da rede profissional e tecnológica no Brasil, dois se colocam diretamente sobre a experiência docente e os outros sobre uma perspectiva de cultura organizacional. Por sua vez fica evidente o sentido de formação do Brasil e as contradições gestadas no interior da sociedade.

Passei 41 anos lecionando, eu senti o esplendor do ensino profissional. Os professores que nunca sujaram as mãos não tiveram a prática de saber ensinar. Ensina-se a fazer fazendo. É pegando com as mãos que a gente ensina o estudante a produzir. (IFB, 2012, p.95).

Ficava um ensino muito restrito aos conteúdos técnicos profissionalizantes. Para nós, professores – eu sou professora de eletrotécnica – era somente fazer as aulas de eletricidade. O diretor surpreendentemente aparecia na porta da sala e ficava ouvindo o que a gente estava falando aos alunos. (IFB, 2012, p.106).

A escola Técnica sempre foi marcante por ser uma escola federal e por manter o nível de ensino que sempre chamava atenção. (IFB, 2012. p. 116)

Passaram no exame de seleção porque eram inteligentes, esforçados, mas muitas vezes iam para o CEFET porque sabiam que tinham uma bolsa, conseguiam uma alimentação, porque ele atendia a uma comunidade carente. E essa comunidade carente via o CEFET como possibilidade de ascensão. Na verdade, o CEFET proporciona isso, todos que entram ali têm uma estrutura singular, gratuita. (IFB, 2012. p.117).¹¹

Temos um trabalho docente marcado por uma base precária, evidenciando a necessidade de dedicação ao ato de fazer, de executar um conjunto de ações, sem pensar o aspecto geral de que visões de mundo estão sendo efetivadas pelas práticas, ao passo que o tempo passa e a cultura organizacional se passa a funcionar como um elemento que corrobora com o rol das desigualdades sociais, pois na prática as instituições efetivam falsas inclusões sociais, tendo como objetivo final a formação de mão de obra barata para atuar no mercado de trabalho.

A instituição recebe alunos oriundos das classes mais pobres da sociedade, que por sua vez, para manter-se na instituição necessitam de todo tipo de assistência para que em algum momento adentrem ao mercado de trabalho. Embora seja um espaço que historicamente recebe os despossuídos, estes continuam a ser selecionados, afinal não há vagas para todos. E quando existe maior oferta do que procura, nos colocamos no outro lado das questões sociais, fruto das desigualdades.

Afirma-se um tempo de uma universalização do acesso à educação básica e de um considerável aumento no ensino superior. Por sua vez, o país cresce em níveis de aumento de riqueza, mas a população não é envolvida por uma lógica de desenvolvimento social. Os ingressantes da rede, continuam a demandar os serviços de assistência estudantil para que possam permanecer nos seus cursos de formação.

É nesse quadro complexo permeado de assimetrias que se desenvolve também a formação de docentes. Assim, ao avaliar as Políticas Docentes no Brasil, Gatti, Sá Barreto e Afonso André, referenciando-se em Cavarozzi, destacam o sentido dos níveis de desenvolvimento na América Latina, que ilustra também o Brasil:

Nas últimas décadas, a América Latina viveu um paradoxo, pois, se, por um lado, as ameaças antidemocráticas diminuíram sensivelmente, por outro lado a democracia não conseguiu ainda dar sentido à maioria das demandas da cidadania, em especial no que respeita aos setores mais empobrecidos, o que coloca mais desafios aos sentidos de um governo da educação e do papel para amplas camadas sociais (CAVAROZZI, 2010). (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 14)¹²

A análise em destaque aponta para uma espécie de caráter salvacionista do papel da educação. Por um lado, os governos chegaram a ofertar educação, tanto em caráter público estatal e não estatal, ao passo que não conseguimos garantir a população

11 Um passado vestido de futuro: Fragmentos da memória da rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília: IFB, 2012. (A seção 3 do livro é chamado de Didáticas e traz essa narrativa de docentes da rede. Estes não estão identificados).

12 Tal afirmativa é do início desta década. Nos últimos anos a América Latina tem passado por um período conturbado no que tange as direções políticas de seus governos. Governos considerados de posições progressistas que buscaram autonomia em relação ao poderio do capital internacional vêm sofrendo duros ataques. Lugo no Paraguai, Dilma no Brasil foram depostos. Apenas Maduro na Venezuela e Morales na Bolívia, têm sobrevivido ao quadro de ataques dos agentes internacionais.

condições mínimas de acesso a bens sociais, como água tratada, saneamento, atenção básica de saúde, dentre outros.

Em termos legais, no Brasil é cobrado o cumprimento mínimo de formação docente em cursos de licenciaturas para atuar na educação básica, mas ao mesmo tempo o Estado nunca encarou de forma efetiva o que seria de fato, atuar num caráter de formação de professores.

Partindo das origens sociais, passando pela formação precarizada, com carreiras pouco atraentes, quer seja pelo desprestígio social, os baixos salários, os riscos de violência em ambientes escolares, a formação de professores segue percorrendo uma trajetória confusa, quer sejam nas universidades, e em especial na Rede de Educação Profissional e Tecnológica que incorporou ao longo de sua existência um papel que não se assenta em sua origem social.

Gatti, Sá Barreto e Afonso André observam ainda que: “O contexto atual é o da inclusão de todos no que diz respeito aos bens públicos educacionais e sociais, e isso não estava posto anteriormente nos projetos de Estado como nação. [...]” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 14).

Vemos aqui uma afirmação que se coloca como curiosa, pois aos professores está o papel de fazer valer a justiça social. Aí nos reportamos ao quadro inicial de onde partem esses indivíduos que são vítimas de toda forma de injustiça, ao passo que num primeiro momento o aprendizado e em seguida a formação em um campo profissional, não são sinônimos de êxito pessoal e profissional.

No modelo societário em que vivemos, recebendo a influência de nossa formação sociocultural, vemos o tempo passar e por sua vez a permanência do poder do atraso fazer morada na sociedade. Pois para que as mudanças sociais possam ocorrer é necessário que Estado e Sociedade caminhem no sentido de buscar e efetivar as transformações. Vemos no Brasil, que o surgimento de agendas por políticas públicas, até as coloca em marcos legais, mas por sua vez a efetividade é sempre débil.

Numa lógica de incontáveis processos proclamados como reformistas, vemos a permanência das contradições sociais, que repousam nas velhas marcas do latifúndio, na concentração de renda, na corrupção instada por toda a sociedade. E por sua vez atribuem a escola e aos professores um papel messiânico, ao passo que os grupos políticos e econômicos, não reconhecem valores minimamente republicanos, como o de direitos sociais, dentre eles a educação. Isso ajuda a compreender a ausência de um compromisso social com a formação de professores, como também com a oferta de uma educação básica, de caráter, público, gratuito e de qualidade.

A expansão da Rede Federal no Ceará: mito e realidade a partir da experiência de Canindé

Tomando como base os princípios que devem alicerçar a gestão pública no Brasil, as instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas, devem fazê-la de modo a garantir que os serviços prestados a sociedade, se coloquem de forma efetiva, onde os recursos públicos, possam retornar a sociedade de modo a promover mudanças sociais, ancorados em elementos de racionalidade, que indicam os caminhos a serem seguidos para efetivação das políticas.

Diferente do que houve em outras unidades da federação, o IFCE, no contexto da expansão da Rede Federal, não produziu nenhum documento, que tenha

instrumentalizado o modo pelo qual a expansão deveria ocorrer. Desta forma, num curto espaço de tempo, o cotidiano explicita uma série de problemas, advindos da ausência de um planejamento estratégico.

Vejamos o caso de Canindé, localizado no sertão central cearense, situado aproximadamente 120 km de distância da capital. Canindé, não estaria dentre os municípios a receber as instalações de um campus. Como na avaliação das políticas públicas observadas sob o prisma de instâncias de governança, no caso em foco, as questões políticas fizeram com que uma unidade fosse levada ao referido município e a mesma inicia seus trabalhos em 2010.

Num primeiro momento, a unidade ofertou um curso técnico integrado em eventos, uma graduação tecnológica em turismo e um curso de licenciatura em educação física. Em seguida ofertou-se: um curso integrado em telecomunicações, um tecnólogo em redes de computadores e uma segunda licenciatura, no caso em matemática.

Desde o início a instituição vive um campo de contradição. De um lado não cumpre as determinações de ofertar no mínimo 50% das vagas para o ensino médio, como também ao longo da consolidação da existência não alcançamos o quantitativo de discentes condizentes com o porte da instituição, mensurados pelo quantitativo de servidores, como também da base orçamentaria.

Não são conhecidos nos documentos interlocuções com a comunidade local no sentido da definição dos cursos a serem ofertados. Mais uma situação de incongruência que marca a cultura organizacional. Se por um lado a instituição passou a realizar formação de professores, que estão dentro do rol de atuação da instituição, a mesma se fez escutar a sociedade.

Importante destacar a proximidade de Canindé com a capital, como também de cidades como Quixadá, que possui uma tradição em formação de professores. No caso do Ceará, há uma situação conhecida, a criação de Institutos ligados a estrutura das universidades, em especial a Universidade Vale do Acaraú (UVA), que fizeram uma oferta ampla de educação superior em especial de cursos de formação docente.

É nesse campo que o campus Canindé inicia suas atividades e avança para o sétimo ano de serviços ofertados a sociedade cearense, visto que o funcionamento da instituição está marcado por todas as contradições da sociedade. Dados obtidos do IFCE em números¹³ apontam que o aluno das licenciaturas com domicílios na cidade de Canindé é bem pequeno.

Alunos advindo de outras cidades, possuem uma maior dificuldade de permanência nos cursos, em especial neste momento marcado por diminuição dos serviços de assistência estudantil. Uma outra questão reside no fato da relação direta de desenvolvimento-envolvimento com a cidade. As vagas dos cursos não ocupadas diretamente por moradores da cidade, por exemplo: os novos quadros não contribuirão com o município sede, onde receberam a formação.

Não podemos esquecer que de Canindé saem muitos alunos para estudar na capital e em outras cidades, quer sejam em instituições públicas, quer sejam na rede privada, sendo que muitos são beneficiários de programas sociais, como o PROUNI e o FIES. Novamente retomamos ao quadro narrado. Os cursos ofertados e em especial as licenciaturas tem seus acessos por alunos que vem das camadas mais pobres da sociedade e os cursos em questão, se colocam como a única opção para estes.

13 Banco de dados do IFCE com os números relativos às unidades que o compõem. Disponível em: <<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>

Encerremos esta breve investigação evidenciando que se por um lado o Estado se mostrar a atender as demandas sociais, estas de fato não alteram a ordem social secular da sociedade. Em Canindé segundo estudos do professor Lemos (LEMOS, 2012), 75% da população é privada de renda e na hora de se atender uma demanda como educação superior a sociedade não é ouvida.

Sem esquecer que os indivíduos quando chegam aos bancos da educação superior, estão assolados por graves problemas sociais, de saúde pública e por estarmos nos domínios morfoclimáticos do sertão, a seca é outro problema histórico, se coloca como uma espécie de condenação aos moradores desses espaços, que em meio a tantas contradições, lhes é subtraído o direito de sonhar.

Considerações finais

Este quadro de reflexões certamente nos leva a percepção de que é necessário um arrazoado de esforços para que desta forma possamos analisar com maior clareza a situação em questão. Por outro lado, ao perceber o salto da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Estado do Ceará, já de pronto se constata que muitos foram os equívocos cometidos, em nome de fortalecer a referida política pública.

Tivemos a criação de unidades e por sua vez de cursos que não dialogam com as realidades locais. Por sua vez, no que se configura como as ações dos agentes institucionais que deveriam apoiar a expansão esta não tem se efetivado. Em Canindé até os dias de hoje o projeto de urbanização do entorno do campus, ainda não foi nem iniciado pelo poder público municipal. Temos problemas graves, como a ausência do serviço de transporte escolar para os alunos, que vem sistematicamente trazendo problemas a gestão do campus e enorme prejuízo aos discentes, elemento chave no que tange o referido serviço.

Há indícios de irregularidades nas construções de obras. Os processos democráticos não se materializam no cotidiano da gestão, marca de uma presença chamada de conservadora, mas que consideramos como poder do atraso, e de uma tendência marcante de autoritarismo da sociedade brasileira.

No que diz respeito aos cursos de licenciaturas e a conseqüente formação de professores, temos situações delicadas. Os cursos da mesma instituição têm matrizes curriculares completamente diferentes, e há vários anos se busca uma unificação e os processos não avançam, porque em suma, se coloca de um lado os elementos ligados ao conteúdo, a uma herança tecnicista, vinculado a um caráter da instituição e de outro lado, tentativas que buscam valorizar a experiência, os saberes, num quadro da formação humana.

Observando o histórico da rede é possível compreender que os diferentes cursos ofertados ao longo do tempo, se enquadram na mesma lógica da modernidade do controle e disciplina dos corpos. Um exame pela história das imagens das instituições, fica claro a valoração da disciplina para a execução das atividades, das práticas de desportos e de uma lógica, que os alunos da rede, embora pobres, eram uma espécie de eleitos e por isso, teriam que resistir a toda ordem de normas.

É nesse lugar, onde se buscou a realização sempre das atividades influenciados por elementos pragmáticos ou utilitários, que se colocam hoje um quadro de formação docente, que em linhas gerais, fará a reprodução da velha lógica do capital, onde os indivíduos acreditam que as transformações sociais se evidenciam quando

se chega ao mundo do trabalho e se tem acesso aos bens de consumo. Vemos aí o grande engano das classes médias, que acreditam por algum momento que se tornaram a burguesia.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial 1580-1800**. Brasília (DF): Senado Federal, 2006. 226 p.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval M. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999. 338 p.
- ALENCAR, José de. **O demônio familiar**. São Paulo: Martin Claret, 1998. 96 p.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Os bruzundangas**. Ática: São Paulo, 1996. 160 p.
- BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF): 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 216 p.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Publifolha, 2000. 632 p.
- DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educ. Soc.**, Campinas, v.31, n.113, p.1099-1120, out-dez 2010.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e rua**. Rio de Janeiro: Record, 1997. 164 p.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 4ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012. 944 p.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 56 ed. São Paulo: Global, 2006. 1260 p.
- GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**. Um estado da arte. Brasília: Unesco, 2011. 300 p.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. FGV: Rio de Janeiro, 2005. 320 p.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 256 p.
- IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Um passado vestido de futuro**: Fragmentos da memória da rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília: IFB, 2012. 341 p.
- LEMOS, José de Jesus de Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3ª ed. Fortaleza: BNB, 2012. 486 p.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esau e Jacó**. São Paulo: Ática, 1996. 296 p.
- MAINARDES, Jefferson; ALFERES, Marcia A. Sociologia das políticas educacionais. Contribuições de Roger Dale. **Atos de Pesquisa em Educação** - (FURB), v. 9, n.2, p. 392-416, maio/ago. 2014.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Formação do povo brasileiro e da nação, seu agonístico caráter nacional. **Revista do Instituto do Ceará**, v.123, 2009.
- RUA, Maria das G. **Políticas públicas**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2012. 134 p.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, pp.20-45. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em 12 jul. 2018.

Enviado em: 31/julho/2017

Aprovado em: 03/julho/2018